

INTEGRA

Presidente elogia Congresso na aprovação da nova LDB

Para-FH, norma para a área de educação poderia ser chamada de Lei Darcy Ribeiro

Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na solenidade de sanção da Lei de Diretrizes e Bases de Educação nacional — Palácio do Planalto.

Dr. Marco Maciel, vice-presidente da República,

Ministro da Educação, professor Paulo Renato,

Senhor ministro Clóvis Carvalho,

Senhores ministros aqui presentes,

Senhor senador, companheiro Darcy Ribeiro, relator do projeto no Senado, num dado momento,

Senhores líderes,

Senhores parlamentares,

Deputado José Jorge, relator do projeto na Câmara,

Senhoras e senhores.

Para quem, a vida toda, foi professor, como é meu caso, e ainda me recordo que, talvez, não foi a primeira, mas foi a segunda vez em que vim a Brasília, o professor Darcy já era importantíssimo. Era reitor, ou quase. E foi por causa da Lei de Diretrizes e Bases... Darcy não era reitor, ainda não. Foi antes. Na anterior Lei de Diretrizes e Bases, em que havia um enorme envolvimento da sociedade, como é necessário nesse processo, para quem tem essa trajetória e para quem foi aluno de Fernando de Azevedo, trabalhou com o Anísio Teixeira, foi assistente de alunos de Florestan Fernandes, companheiro do Darcy, como sempre fui, e, realmente, um dia de júbilo eu poder assinar uma lei que foi feita pelo Congresso. Foi feita pelo Congresso. Lei completíssima.

Eu ainda era senador. O professor Darcy, senador Darcy me foi ver, com a professora Eunice Ribeiro, para nós discutirmos a reformulação desta lei no Senado. O senador Darcy ia apresentar um substitutivo e queria que eu fosse relator. Fui até designado. Depois, não sei porque, não se me tornei ministro, qualquer coisa impediu que eu tivesse a satisfação de colaborar com o Darcy no avanço dessa lei. Então, para quem participou da vida educacional brasileira, do jeito que eu participei, é, realmente, muito gratificante poder assinar uma lei que regulamenta, de uma maneira inovadora, a questão do ensino brasileiro.

Eu acho que isso é uma prova de maturidade do Congresso, dos educadores, do Ministério da Educação e da sociedade brasileira. Esta lei é uma lei que não tem os vícios de leis anteriores, cheias de corporativismo, de restrições. E isso tu-

falta muita coisa. Sempre falta. Sempre é possível aperfeiçoar mais. Mas nós estamos enfrentando esse desafio. E nós temos tido o apoio do Congresso. A valorização, o plano de valorização dos professores foi uma iniciativa altamente necessária e difícil, porque implicava transferência de recursos de Estados para municípios para Estados e de regiões para regiões.

Nós, que somos congressistas — ou fomos —, sabemos que é o tema mais difícil. E isso feito com muita competência pelo Ministério da Educação, pelo ministro Paulo Renato e pelo Congresso. Chegou-se a um processo engenhoso, difícil, mas que vai ter um efeito de médio prazo muito positivo.

E eu também, ao reconhecer, mais uma vez, essa competência do ministro e a capacidade que teve o Congresso de ajudar e de avançar, também não posso deixar — quero citar porque não quero ser injusto — de reconhecer o imenso esforço dos técnicos do Ministério da Educação.

Eu sei, porque acompanho de perto, que esta gente se dedica de uma maneira extraordinária, não é o único ministério, mas de uma maneira extraordinária. E, também, estendo à assessoria do ministro Paulo Renato e àqueles que no Congresso colaboram, não sendo parlamentares. A verdade é que é um esforço muito grande e é preciso ver em que condições isso é feito. Isto é gente que, muitas vezes, não é do quadro do funcionalismo, vem para cá, em condições extremamente precárias, quase morando em repúblicas, porque não há condições melhores para oferecer, no anonimato, e batalhando para que a educação, no Brasil, avance. Mas está avançando, e é isso que gratifica.

Eu não vou repetir o que disse o ministro Paulo Renato. Em muitas áreas avançou. Áreas que não são diretamente da educação como por exemplo, merenda escolar, livro didático. Já tinha me manifestado sobre o dr. Barjas e o dr. Portela, que foram dois gigantes nesse processo e que foram "roubados" do ministro Paulo Renato, por que já estão em outros ministérios. Deu certo em um, passa para o outro, para dinamizar.

Os quadros são poucos. Os quadros são pateticamente poucos. Mas o fato de o ministro Paulo Renato ceder, com essa generosidade, é porque ele sabe que tem muitos, lá, que ainda pode puxar e avançar.

Então, acho que, realmente, isso é trabalho de muita gente para chegar a uma lei como essa, para fazer essas modificações. E é, também, a compreensão da diretora da escola, do professor da escola, que acaba sentindo o efeito de tudo isso que está sendo modificando no Brasil.

do foi sendo removido graças ao empenho dos aqui nominados pelo professor Paulo Renato. E eu quero mencionar o deputado José Jorge, que colaborou de uma maneira extremamente competente, com esta reformulação da matéria, e todos os demais parlamentares, que participaram ativamente, e, naturalmente, aos presidentes da Câmara e do Senado, sem os quais não teria sido possível haver o avanço que houve.

Há problemas? Há problemas. O professor Paulo Renato mencionou um problema, que só veio a mim ontem, que é a questão complexa do ensino religioso, que tem que existir, é assegurado pela Constituição, é facultativo, mas até que ponto cabe ao Estado ou não ter o ônus desse ensino e de que maneira fazê-lo, dada a pluralidade de religiões que existem no Brasil. Essa matéria foi ponderada por nós, aqui, apressada mas duramente, porque nós sabemos que é preciso dar um encaminhamento. Tal como esse, não houve esse encaminhamento que precisa ser dado, respeitando a pluralidade e a ecumenicidade, digamos assim, da nossa inspiração em matéria de religiões e atendendo, também, as condições concretas que precisamos de diferenciação regional que existem.

O professor Paulo Renato num momento de dificuldade minha para decidir lembrou que o Paraná tem uma solução que pode ser um caminho. Eu não conheço, mas juntamente com o vice-presidente da República, com o ministro Clóvis Carvalho, achamos que era o caso de, ao invés de tomar uma decisão diferente da que foi tomada pelo Congresso, termos mais tempo para refletir sobre a iniciativa que o ministro Paulo Renato acabava de enunciar, contar com o meu apoio para que nós possamos dar uma solução conseqüente a isso também.

Mas o que prevalece mesmo, foi esse espírito de avançar. E, aí, quero aproveitar a oportunidade. Estamos no fim do ano, embora tenhamos feito um balanço ontem das nossas atividades neste ano e, também, um pouquinho do ano passado, de reconhecer mais uma vez o imenso esforço que foi feito no Ministério da Educação. Nós estamos produzindo uma revolução branca na educação.

O professor Darcy Ribeiro, o professor Cristóvam Buarque, nenhum dos dois do meu partido, mas todos dois do meu coração, insistiram muito, em várias oportunidades, que nós tínhamos que enfrentarmos o desafio da educação. Nós estamos enfrentando o desafio da educação.

O professor Paulo Renato já disse que

isso é importante. E acho que a área financeira, ao contrário do que alguns apregoaram, é amiga e cumplice do dr. Jatene. Porque provoca dor no coração, provoca enfartes. Mas, pelo que disse o ministro Paulo Renato, com enfarte ou sem enfarte, eles acabam cedendo no que é possível ceder e, na verdade, nós temos tido uma compreensão bastante alta daqueles que são responsáveis pela área financeira, por entender que certos programas, tenha ou não tenha recurso, é preciso haver uma certa transigência e criar os meios para que eles sejam atendidos. E isso tem sido feito no governo. Eu não queria me estender. O meu discurso, hoje, é meramente congratulatório com todos os senhores que aqui estão e os muitos que representam. Mas eu queria dizer que é, para mim, também, especialmente hoje, quando nós assinamos a Lei de Diretrizes e Bases, é para mim, também, uma grande satisfação dizer que essa lei pode ser denominada "Darcy Ribeiro". E, ao denominá-la "Darcy Ribeiro" ele representa, também, a nossa floresta.

Agradeço a todos, e espero que no ano que vem, que nós vamos definir como o ano da saúde, tenhamos o mesmo empenho — e teremos — no Congresso, em toda parte, para que o Brasil coloque na sua agenda este outro problema espinhoso, cujo terreno já foi preparado pela administração Jatene e que, agora, nós temos que cuidar de cultivá-lo com muito afincado. Porque, se nós conseguirmos resolver e encaminhar, como estamos fazendo na educação, como estamos fazendo na saúde, e como estamos fazendo, repito, fazendo, na reforma agrária, eu creio que nós estamos tocando naquilo que o velho Teotônio Vilela chamava "a dívida social".

É muito fácil criticar, é muito difícil fazer. Nós fomos, a vida toda, críticos — não é, Darcy? — mas chegou uma certa idade que passamos a fazer. E nós estamos fazendo. E, ao fazer, nós não esquecemos as críticas que fizemos. E nem menosprezamos os que hoje são críticos. Queremos, apenas, que, quando se faz, que se reconheça o que se avançou.

E acho que, com muita satisfação, posso dizer que este governo, na área social, em dois anos, avançou e avançou muito. E que nos próximos dois anos, se a estabilidade econômica for mantida, como será — porque é condição necessária para o avanço — vamos avançar ainda muito mais.

Muito obrigado.